

Em busca do **veganismo** — 1

THE VEGAN · VOL. 5 N.º 2 · VERÃO DE 1949 · PP. 13–15

Preparar o terreno

O primeiro de dois ensaios em que Cross sustenta que a Sociedade chegou já ao ponto em que deve definir o veganismo com precisão — e que a forma correta de definição é um princípio, não uma lista de práticas. — Tradução portuguesa do original inglês.

A etapa atual do desenvolvimento da The Vegan Society caracteriza-se por uma concentração da atenção nas implicações da pergunta: «O que é o veganismo?».

Há muito mais — muito mais — por detrás desta pergunta enganosamente simples do que à primeira vista parece. Para começar, temos de esclarecer o nosso espírito de certos pressupostos; de nos darmos conta, por exemplo, de que, quando dizemos «O veganismo é isto, ou aquilo», o que na verdade dizemos é «*A minha ideia* de veganismo é isto, ou aquilo». Pois nada há nos estatutos da The Vegan Society que declare o que o veganismo é.

O facto de a Sociedade ter alcançado a sua posição atual sem ter definido de nenhum modo preciso a luz que procura refletir não deve inquietar-nos. Havia razões válidas, ainda que talvez não reconhecidas, para que não se tentasse uma definição enquanto a Sociedade não chegasse a certo ponto do seu caminho. O que, porém, nos deve dar que pensar é a impressão crescente de que tal ponto não está já longe — de que o período limitado durante o qual a falta de definição é útil e desejável se aproxima do seu esgotamento.

O modo pelo qual o nosso movimento se pode dotar de uma definição consensual é, evidentemente, mediante o consentimento da maioria numa assembleia geral anual ou extraordinária, e mediante a inclusão desse consentimento (sob a forma de uma breve definição), seja como um dos estatutos da Sociedade, seja como preâmbulo dos estatutos, seja por algum outro recurso constitucional. Embora este procedimento pareça simples, a tarefa de encontrar e reconhecer a definição correta é mais complicada do que à primeira vista se poderia pensar. Pois a Sociedade evoluiu muito em pouco tempo e, se nos quisermos munir de um quadro adequado do que está em jogo, devemos deitar ao menos uma breve vista de olhos ao terreno que já percorremos.

Em julho de 1943 apareceu no «The Vegetarian Messenger» uma carta acerca do uso de produtos lácteos por parte dos vegetarianos. A correspondência sobre o tema manteve-se durante pouco mais de doze meses, após o que apareceu na mesma revista um pedido, assinado por Donald Watson, de Leicester, que convidava os vegetarianos interessados em viver sem produtos lácteos a escrever-lhe, e recebeu cerca de 50 respostas. Em negociações posteriores, a The Vegetarian Society recusou-se a aceitar a formação de um grupo «não lácteo» dentro das suas fileiras e ela

própria sugeriu que tal grupo se poderia formar fora da The Vegetarian Society. Este pequeno grupo de pessoas reunido pelo Sr. Watson tornou-se assim a organização embrionária que com o tempo veio a ser conhecida como The Vegan Society.

Em novembro de 1944 apareceu o primeiro número do «The Vegan News». A organização contava com umas poucas dezenas de membros, e a palavra «vegano» acabara de ser adotada pelo Sr. Watson como uma das propostas para o nome do novo grupo. Como dado de interesse passageiro, outras propostas incluíam Dairyban, Alvegan, Vitan, Benevore, Bellevore e alguns títulos complicados como Total Vegetarian Group (Grupo Vegetariano Total). (Bem podemos sentir-nos aliviados pela escolha final!)

O editorial do primeiro «Vegan News» declarava: «Vemos com toda a clareza que a nossa civilização atual está edificada sobre a exploração dos animais, do mesmo modo que as civilizações passadas se edificaram sobre a exploração dos escravos...». (Foi um indício precoce de que o vegetarianismo não lácteo estava destinado a não ser mais do que uma parte da filosofia geral do novo movimento.) O terceiro número (maio de 1945) declarava que o veganismo era a prática de viver de frutos, frutos secos, legumes, cereais e outros alimentos são de origem não animal. (Talvez tivesse sido mais exato dizer, não que o veganismo *é*, mas que *implica*, viver de tais alimentos.) O quarto número (agosto de 1945) declarava: «O objeto da The Vegan Society é opor-se à exploração da vida sensível, seja ou não proveitoso fazê-lo». (Isto representa um alargamento considerável da motivação «não láctea» original.)

A The Vegan Society constituiu-se no sentido constitucional a 15 de março de 1947, quando uma assembleia geral extraordinária adotou pela primeira vez um conjunto de estatutos. Não houve, contudo, ainda qualquer tentativa de encontrar uma definição consensual do veganismo. O Estatuto 2, que fixava três dos muitos «fins» possíveis da Sociedade, calava — e cala — muitos outros fins que igualmente se poderiam considerar «veganos». Os fins enunciados referem-se apenas à alimentação, às mercadorias e à difusão do ensinamento vegano. Não mencionam outros fins que igualmente se poderiam considerar veganos — fins tais como, por exemplo, a oposição à caça, à vivissecção, aos animais de espetáculo e à castração e escravização de animais para o transporte e outros trabalhos. Acima de tudo, não constituem, nem pretendem constituir, uma definição do veganismo.

A The Vegan Society é, por conseguinte, até ao dia de hoje, um grupo de pessoas que se reuniram em resposta a um estímulo intuitivo que ainda não cristalizou em palavras. Embora a causa imediata do surgimento do veganismo tenha sido o desejo imperioso de umas poucas pessoas de tornar lógico o seu vegetarianismo, o vegetarianismo não lácteo não foi na realidade mais do que o rastilho que libertou o veganismo no mundo dos assuntos quotidianos. A omissão de uma definição vinculativa do veganismo *naquela data* foi uma necessidade histórica, se é que havia de ter o tempo de que precisava para surgir em plenitude e força.

É, porém, quando nos afastamos do passado — mas sem o esquecer — que nos vemos obrigados a considerar se o ponto crítico no tempo em que se pode dizer que a entidade «veganismo» surgiu plenamente não está já perto de nós. Se está, então a conclusão de que uma definição é agora necessária torna-se inescapável. Pois a Sociedade estará a aproximar-se de uma dessas encruzilhadas de que toda organização evolutiva se vê aproximar de tempos a tempos. Dos caminhos que se abrem à frente, um será o caminho de um «veganismo» indefinido, que dependerá para o seu significado de uma multidão de interpretações individuais não comprovadas nem comprováveis por nenhuma definição padrão consensual; o outro, o caminho de um «veganismo» definido, claro e preciso, que contará com o consentimento e a adesão de toda a pessoa que ingresse na Sociedade.

A frouxidão de organização que até agora caracterizou o movimento vegano foi sem dúvida o tipo de organização adequado às primeiras etapas de um movimento que procura exprimir uma ideia tão nova e tão vital como a que indubitavelmente subjaz ao nome «vegano». Mas, se estou certo na minha convicção, a significação da posição atual reside em que a frouxidão de organização e a ausência de definição se aproximam do ponto em que não só deixam de ser úteis e até essenciais, como correm o perigo de se tornarem agentes de reação. Se é verdade que nas primeiras etapas era necessário que os diferentes aspetos do veganismo se mantivessem, por assim dizer, «em dissolução», não é menos verdade que, se o processo há de seguir o seu curso natural, a cristalização deve seguir-se *dentro de um prazo razoável*. Acima de tudo, isso significa o surgimento de uma definição aceite daquilo que nos dá ser como Sociedade — uma definição que seja constitucional e, por conseguinte, vinculativa para todos os que ingressem no nosso movimento.

A natureza do desenvolvimento da The Vegan Society sugere que a forma em que a definição deve realizar-se é a forma de um princípio, do qual certas práticas decorrem logicamente, e não a forma de um conjunto de práticas, ou de fins. No seu nível mais alto, o veganismo não pode ser ao mesmo tempo prática e princípio, e fazer dele um conjunto de práticas dará lugar a discussões intermináveis sobre que tipo de práticas devem incluir-se e quais omitir-se, e ao mesmo tempo não logrará fornecer nenhum padrão de referência consensual pelo qual a sua admissibilidade possa ser comprovada.

A busca de tal princípio não é uma tarefa de invenção, mas uma viagem de descoberta. O princípio existe — a nossa tarefa é encontrá-lo, talvez a tarefa mais importante que temos entre mãos. Se a minha convicção se justifica, é um princípio que um dia repercutirá no mundo de modo muito semelhante àquele por que o fez o movimento para abolir a escravidão humana. Espero, num artigo posterior, sugerir como pode ser descoberto e — o que é talvez mais importante — sugerir como pode ser reconhecido como representante do destino do movimento vegano. Mas, quaisquer que sejam as nossas opiniões individuais, devemos dedicar reflexão a esta tarefa, pois havemos de ter a certeza de que aquilo que finalmente decidirmos é o melhor de que somos, em conjunto, capazes.

